

Negro midiático: construção e desconstrução do afro-brasileiro na mídia impressa

INTRODUÇÃO

C

om o término da Guerra Fria, os conflitos étnicos, de gêneros e de inclusão social tomaram dimensões importantes. No Brasil, o fenômeno também pode ser observado, principalmente no final dos anos 80.

Segmentos como o de afro-descendentes, de homossexuais, de idosos, de crianças e adolescentes e outros se

RICARDO ALEXINO FERREIRA é jornalista, professor da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Unesp – Bauru e diretor do Centro de Rádio e Televisão Cultural e Educativa da Unesp (Rádio Unesp FM).

precipitaram, como informação, nas pautas dos jornais e nas editoriais, obrigando os profissionais de imprensa a uma mudança de postura. No entanto, a complexidade na abordagem desses segmentos significou um grande desafio para os profissionais de comunicação.

O discurso racial brasileiro, envolvendo a questão do negro, por exemplo, é retomado de maneira diferenciada nas últimas décadas e tem como gancho os confrontos étnicos que se intensificaram em todo o mundo com o fim da Guerra Fria, principalmente no continente europeu. A questão de etnia e raça passa a ser a pauta do dia nos mais diferentes noticiários. Esse fenômeno acabou por levantar dois elementos importantes: o primeiro é a forma e o conteúdo dessas notícias, que quase sempre são captadas e passam pelo filtro das agências de notícias, que muitas vezes estão sediadas em países que até patrocinam tais conflitos; em outro momento, percebe-se que, ao cobrir conflitos étnicos no continente europeu ocidental, as agências de notícias passam aos veículos de comunicação abordagens diferentes daquelas elaboradas sobre os conflitos em outros continentes.

O conflito europeu, como informação, é contextualizado historicamente e ocupa considerável espaço nos meios de

Este artigo é resultado das pesquisas desenvolvidas pelo autor nos últimos anos, envolvendo a dissertação *A Representação do Negro em Jornais no Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil*, de 1993, e a tese *Olhares Negros: Estudo da Percepção Crítica de Afro-descendentes sobre a Imprensa e Outros Meios de Comunicação*, 2001, defendidas na Escola de Comunicações e Artes da USP, finalista no prêmio Intercom 2002, tendo recebido menção honrosa.





comunicação. No entanto, para os conflitos envolvendo os não-europeus (Oriente Médio, África, América Latina e Ásia) o tratamento é outro, bem como o destaque dado. Geralmente, as referências históricas aos conflitos não-europeus são escassas e os efeitos dos conflitos minimizados, beirando muitas vezes o estereótipo, em que adjetivos como “radicais”, “violentos” e outros são largamente difundidos. No caso dos conflitos étnicos na África, o tratamento é o mais diferenciado de todos, pois atribui a esses conflitos características tribais.

Mesmo com diferenças de abordagens, essa movimentação internacional acabou

influenciando o discurso nacional sobre a situação étnica no Brasil. Junto a ele, outros grupos minorizados passam a ter visibilidade como informação.

O termo “grupos minorizados” tem o sentido conceitual de segmentos sociais que, independente da quantidade, têm pouca representação social, econômica (inserção no mercado de trabalho, ocupação de cargos de poder e outros) e política. Esses grupos, muitas vezes, estão à margem dos interesses sociais. No entanto, o termo começou a provocar confusão semântica já que muitas pessoas atribuíam a esses grupos a característica de envolver poucos indivíduos, o que seria uma incoerência, uma vez que no Brasil, por exemplo, a população negra (negros e pardos, conforme designação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) corresponde a 46,2% dos brasileiros e, mesmo assim, esse grupo é considerado minorizado. Estão nesse bojo conceitual os negros, os homossexuais, as mulheres, os nordestinos, os portadores de necessidades especiais, os obesos e outros.

DA DESIGNAÇÃO AO CONCEITO: O POLITICAMENTE CORRETO E A MÍDIA IMPRESSA

A partir de 1988, a imprensa brasileira se depara com novas realidades. A primeira são os reflexos da redemocratização do país (o ápice é em 1985, quando são iniciados os movimentos “Diretas já”), que envolve a liberdade de imprensa após mais de vinte anos de ditadura militar e controle sistemático de informação com a censura.

Somando-se a isso, o ano de 1988 traz importantes eventos ligados à questão étnica e principalmente em relação à situação dos afro-brasileiros, tais como o centenário da Abolição da escravatura no Brasil (1888-1988), a organização mundial contra o *apartheid* e a elaboração da nova Constituição brasileira.

O centenário da Abolição da escravatura no Brasil provocou movimentação em diversos segmentos sociais: foi samba-enredo das escolas de samba do primeiro grupo no Rio de Janeiro; foi tema da Campanha da Fraternidade patrocinada pela Igreja Católica Apostólica Romana, em que a instituição fazia oficialmente o seu *mea culpa* por ter apoiado a escravidão. Aliado a isso, a posição das Organizações das Nações Unidas contra o *apartheid* e pela libertação do líder político negro sul-africano Nelson Mandela levou o Brasil a se posicionar contra o regime da África do Sul e ao mesmo tempo a se posicionar sobre a situação do negro brasileiro e a desmistificar o discurso da democracia racial no país.

E, finalmente, outro grande evento marca aquele ano com os trabalhos da constituinte. O anteprojeto do então deputado Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), aprovado pela Câmara dos Deputados Federais em setembro de 1988, acendeu a discussão do racismo, como pauta jornalística, justamente por propor que se tornariam imprescritíveis e inafiançáveis os crimes raciais.

Todos esses acontecimentos, durante o ano de 1988, à medida que iam sendo concretizados, eram amplamente cobertos pela imprensa. Foi interessante observar que os acontecimentos seguiam uma trajetória que se iniciava no âmbito cultural (desfiles das escolas de samba do carnaval) e terminava no político (encerramento dos trabalhos da Constituinte Federal).

O grande desafio que a imprensa tinha pela frente era com a dança dos termos. A própria imprensa cria “indexes”, via manuais de redação, alertando sobre a forma e o conteúdo da abordagem do segmento afrodescendente, mas também em relação a outros grupos minorizados. A equivalência dos manuais de redação com as cartilhas do politicamente correto é muito aproximada, apesar de esses manuais não avançarem na discussão social e reduzirem a questão a verbetes e ao que pode ou não ser usado.

Apesar de muitos jornalistas equivocadamente alegarem que o politicamente correto é uma tentativa de castrar a liberdade

criadora, os manuais de redação, que surgem timidamente nos anos 50 (mais preocupados com a técnica de redação) e de maneira quase que institucionalizada nos meados dos anos 80 e 90, têm na sua essência um quê de politicamente correto (nesse caso, o politicamente correto jornalístico). Neles, os jornalistas encontram todas as regras necessárias para atuar.

Em muitos casos, esses manuais foram criticados por se assemelharem a uma camisa-de-força, que obrigava o jornalista a se adequar a qualquer preço à linguagem e linha editorial do veículo em que trabalhava, com a possibilidade de perder o emprego caso assim não o fizesse. No entanto, com o passar dos anos, os manuais foram organicamente sendo assimilados por gerações de jornalistas, que os têm na atualidade como um norteador.

Assim, o *Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo*, por exemplo, vai destacar, no verbete “raças e nacionalidades”, que o jornalista “nunca recorra a palavras que agridam raças, nacionalidades ou tendências políticas, como *carcamano*, *comuna*, *china* (por chinês), *turco* (por árabe), *polaco*, *japa*, *gringo*, *galego*, *português* ou *lusitano* (no mau sentido), *pau-de-arara*, *cabeça-chata*, *baiano* (para qualquer nordestino), *judeu* (no mau sentido), *judiar*, *judiação*, *amarelo* (por oriental), *vermelho* (por comunista), etc.” (Martins Filho, 1999, p. 120).

Em relação aos grupos minorizados, são destacadas para cada verbete orientações específicas. Assim, para deficientes físicos, “trate com dignidade os deficientes físicos e use a palavra técnica, e não termos populares e ofensivos, para designá-los”. Para velho, “na maior parte dos casos, a palavra tem conotação preconceituosa. Se necessário, revele a idade da pessoa que ficará clara essa condição. E idoso é sempre preferível a velho”. “Homossexual” “é outro termo que só deve aparecer no noticiário se tiver relação com o fato descrito”. Para menores, “por força de lei, menores envolvidos em crimes não poderão ter os nomes publicados no jornal (identifique-os apenas pelas iniciais), nem suas fotos divulgadas [...] o *Estado* procede da mesma forma com

relação a menores vítimas de atos que lhes possam trazer problemas de caráter social ou lhes acarretar discriminações (estupro, por exemplo)” (Martins Filho, 1999, pp. 119-20).

Para designar afrodescendentes, o *Manual* faz uma extensa orientação. O verbete é colocado como “negro e mulato”¹:

“[...] se necessário, use a forma *negro* (e nunca preto, *colored*, pessoa de cor, crioulo, pardo etc.). *Mulato* e *mulata* são aceitáveis quando se justificar a especificação, na notícia, da cor da pele da pessoa. No noticiário policial, só faça referência a negro quando se tratar de pessoa procurada: *A polícia procura dois homens negros e um branco, acusados de...* Nos demais casos, raramente há necessidade de falar em brancos, negros ou mulatos. No noticiário geral, a palavra só tem sentido se a própria pessoa se referir a ela ou se houver uma denúncia de discriminação racial. Por isso, não descreva um jogador, artista ou personalidade como, por exemplo: *João da Silva, 32 anos, negro* (a menos que o personagem proclame a sua negritude). A única exceção seria para casos muito incomuns (o primeiro presidente negro de um país, o primeiro cardeal negro, etc.). *O Estado não compactua com casos de racismo e os denuncia sempre*” (Martins Filho, 1999, p. 119).

Dessa forma, é possível observar que os princípios do politicamente correto ou um certo cuidado ao abordar grupos minorizados têm se constituído em certa preocupação dos veículos. No entanto, nem sempre essas orientações são seguidas. São muitos casos flagrantes de exposição de indivíduos pertencentes a grupos minorizados. De todo modo, é possível perceber que na última década têm diminuído substancialmente esses tipos de ocorrências, como forma, porém, como conteúdo, ainda são frequentes.

Presente no debate nacional e esboçado nos manuais de redação, o politicamente correto passou a ser massificado e, também, equivocadamente ridicularizado. O politicamente correto talvez seja o conceito mais falado por todos, porém o menos

entendido. É comum, no Brasil, as pessoas usarem o termo como sinônimo de censura, de privilégios ou simplesmente como galhofa, quando se quer ridicularizar uma situação envolvendo algum segmento minorizado. Tornou-se um termo polissêmico e negativamente adjetivado. Há até os que se orgulham de se autoproclamarem “politicamente incorretos”. Na produção acadêmica da área de comunicação social o conceito é tido com restrições. Consta-se que existem poucos trabalhos que abordam com seriedade o tema.

Conforme o sociólogo Luiz Eduardo Soares, professor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro:

“Não creio que estivesse sendo injusto se afirmasse que há, no Brasil, hoje, um amplo consenso, quase uma unanimidade em torno da repulsa ao ‘politicamente correto’. Refiro-me ao conjunto daqueles que já ouviram falar do assunto, o que, por sua vez, requer acesso privilegiado a informações de procedência internacional. Portanto, trata-se de um consenso entre elites. Os significados atribuídos ao ‘politicamente correto’, segundo o brasileiro elitizado, oscilariam entre posições dos seguintes tipos: (1) ‘trata-se de manifestação do histerismo fanático norte-americano, que castra o humor, mata a espontaneidade humana e disciplina todas as relações interpessoais’; (2) ‘trata-se de manifestação de intolerância de inspiração puritana e conservadora, que enseja a produção de identidades sociais artificialmente depuradas de qualquer carga de ambivalência, expressando uma cultura fortemente racionalista e autoritária’; (3) ‘trata-se do nome dado a uma pretensão equivocada e perigosa, no limite totalitária, de definir uma gramática unívoca do comportamento socialmente aceitável’. Essa última posição apóia-se no argumento de que, sendo a política matéria de inescapável dissenso, qualquer tentativa de definir critérios de justiça implicaria postulados essencialistas e acarretaria, na prática, controle autoritário e anulação do dissenso e das próprias diferenças” (Soares, 1997, p. 4).

¹ Esse tipo de indefinição do que seria negro e mulato, colocados como termos de esferas diferentes, não é propriamente culpa do veículo. O IBGE estabelece a seguinte tipologia: “pretos e pardos – não prevendo negros e mulatos”. Neste trabalho, conforme já mencionado anteriormente, serão utilizados os termos “afro-brasileiro”, “afrodescendente” e “negro”. Ao utilizar o termo “negro”, deve-se pensar que ele agrupa diferentes características fenotípicas (envolve os indivíduos que possuem uma tez mais escura ou menos escura ou mulatos). O termo “negro” é mais limitante como conceito do que os outros dois termos, que abarcam diferentes indivíduos independente da cor da pele. Por esse motivo, é errado conceitualmente classificar “negro” e “mulato”, tornando-se uma redundância.

O “politicamente correto” (*political correctness*) surge nos Estados Unidos da América no início da década de 90, dentro do meio acadêmico, com o objetivo de repensar como o racismo e o sexismo estavam sendo refletidos na instrução, na língua e no conteúdo do currículo. Conforme Ellis Cashmore, professor de Sociologia da Universidade de Standford, nos EUA,

“[...] os termos e textos não carregam consigo pensamentos; eles os perpetuam, freqüentemente, de uma maneira não reflexiva. Além dos casos mais óbvios em que termos como ‘negro’ ou suas analogias eram usados de maneira degradante, com um tom abusivo implícito, o politicamente correto verificou cuidadosamente todos os significados possíveis de palavras como ‘beleza’, ‘corpulento’, ‘querido’ e ‘líder’. Qualquer palavra com uma vaga inferência sexista ou racista, ou que refletisse negativamente pessoas prejudicadas de alguma forma, idosas ou jovens, era considerada um anátema” (Cashmore, 2000, p. 430).

Apesar de toda a fundamentação teórica que sustenta o politicamente correto, a sua pragmática implicou medidas pouco “populares”, como repensar currículos e livros didáticos, abalamento das mensagens dos meios de comunicação de massa e a proposta de substituição de termos que poderiam trazer em si inferências sexista ou racista ou prejudiciais a segmentos minorizados diversos. Conforme Moacyr Scliar (1994, p. 10),

“[...] a linguagem, a capacidade de comunicação através das palavras é o aspecto mais característico da espécie humana. Mas a linguagem não é apenas comunicação. Ela é também um veículo de crenças, de valores, de modelos comportamentais, e como tal tem uma história. A palavra *whore*, prostituta, torna-se comum no século XI; no século XIV, o termo ofensivo passou a ser *bitch*, cadela; no século XVIII, *cow*, vaca. Similarmente, *darling*, querida, é do século VIII e *honey*, mel, doçura, do século XIV”.

A definição para o politicamente correto mais completa, no entanto, pode ser atribuída a Luiz Eduardo Soares. Para ele,

“[...] ‘o politicamente correto’ diz respeito, ainda que de maneira vaga e polissêmica, a um processo em curso, aberto e de consequências imprevisíveis, de renovação dos hábitos cotidianos, a um processo de renovação do que nós poderíamos chamar educação vulgar e básica. Com um vocabulário mais pretensioso, poder-se-ia dizer que se trata de um processo de redefinição de parâmetros éticos e de modelos de orientação micro-políticos” (Soares, 1997, p. 5).

As reações ao politicamente correto são tantas que até mesmo quem defende esse tipo de conceito e pensamento muitas vezes acaba esbarrando na caricatura. Esse é o caso do *Dicionário do Politicamente Correto*, do escritor e editor Henry Beard e do também escritor Christopher Cerf, cuja obra é apoiada pela organização não-governamental American Hyphen Society, localizada na Pensilvânia (EUA), que se dedica à pesquisa educacional e ao apoio de grupos minorizados. O lema dessa instituição é: “Foi necessário destruir a linguagem para poder salvá-la”.

O dicionário aponta com bom humor a utilização de termos e expressões politicamente corretas e incorretas. No entanto, a linha entre o bizarro, o *non-sense* e a seriedade acadêmica e política é tênue. Assim, é possível ler na referida obra verbetes que definem e adjetivam situações. Por exemplo, *o saqueador* e *o assaltante de loja* devem ser referidos como “comprador não-tradicional”; *o jornal*, “carcaça vegetal processada”; *morto*, “terminalmente prejudicado”; *careca*, “pessoa com um tipo especial de organização capilar, desvantajado capilarmente, pessoa com proposta capilar alternativa”; *branco*, “pobre em melanina, geneticamente opressor”; *homem branco*, “racista, sexista”; *casamento*, “estupro legalizado, prostituição oficializada”; *marido*, “estuprador legalizado”; *namorada*, “sobrevivente do estupro consentido”; *paquera*, “assédio ao ar livre”; *baixo*, “verticalmente

prejudicado”; *dona-de-casa*, “sobrevivente de encarceramento doméstico, trabalhadora não-remunerada, artista doméstica, ecologista humana”; *ovo*, “produto roubado de animal não-humano”; *grávida*, “oprimida por um parasita humano”; *pensão alimentícia*, “salário retroativo” (Beard & Cerf, 1994).

Colocados dessa forma, os termos tomam outra dimensão e acabam por endossar as inúmeras piadas feitas em cima do conceito “politicamente correto”, levando à trivialização.

Conforme Scliar, em resposta concedida durante sessão de “Bate-papo com Convidados”, promovida pelo Universo Online, via Internet, em 30 de dezembro de 2000, elaborei a seguinte pergunta: “Scliar, você prefaciou o *Dicionário do Politicamente Correto*, que é inclusive financiado pela American Hyphen Society, uma entidade de direitos humanos. No entanto, achei o *Dicionário* meio debochado, além de abrir espaço para que os incorretos dançam e rolem. O que você acha?”. Ao que ele respondeu: “Ricardo, na época estava havendo um certo exagero no politicamente correto, por isso o livro é meio irônico. Mas direitos humanos são uma questão séria e com isso não dá para ironizar”².

No entanto, no mesmo dicionário é possível encontrar outros termos que possibilitam alguma reflexão. Com forte tendência anti-sexista, o dicionário propõe que o termo “seminário” seja substituído por “ovário ou ovulário, especialmente quando há mulheres entre os participantes”. Na verdade, o termo “seminário” vem do latim *seminariu* e tem o sentido de criação e produção. Nesse sentido, o dicionário dá a entender que as sociedades humanas buscam uma “masculinização da maternidade”. Aliás, nesse verbete é colocado que

“[...] as tentativas que o homem faz para se apossar da maternidade expressam-se de várias maneiras: 1) por mitos patriarcais que tentam reverter a realidade: Eva nasce de Adão, Atenas surge de Zeus; 2) pelas atividades de obstetras e ginecologistas, que confiscam poderes das mulheres e resultam

em confusos e destrutivos simulacros da maternidade e 3) pelo esforço masculino de se autogerar, mediante necrológicas técnicas de reprodução que reduzem as mulheres à condição de incubadoras ou receptáculos e são inerentemente dirigidas à aniquilação das mulheres” (Beard & Cerf, 1994, p. 49).

Ao se referir a grupos minorizados, oprimidos (como negros, mulheres, homossexuais, indígenas e outros), o dicionário parece ser tomado por uma sobriedade, que modifica substancialmente a obra. Assim, no verbete “afro-americano” é colocado o seguinte:

“Segundo o Departamento de Assuntos Estudantis do Smith College, este é um dos vários termos que se referem aos cidadãos norte-americanos de origem africana. É geralmente considerado mais apropriado do que ‘negro’ porque evoca uma conexão com o continente de origem. De outra parte, lembra o lingüista Robert B. Moore, ‘o simbolismo de branco como positivo e preto como negativo está muito disseminado em nossa cultura’. Entretanto, o termo ‘Afro-americano’ também deve ser usado com cuidado, adverte a Sociedade dos Amigos do Programa de Relações Multiculturais da Escola de Jornalismo da Universidade de Missouri, pois há pessoas que preferem ser chamadas pelo termo ‘negro’” (Beard & Cerf, 1994, p. 19).

Ainda abordando o segmento afrodescendente, o dicionário cria um outro termo, o “afro-americano europeizado”, que é aquele afro-americano “cujo comportamento seria considerado racista se não fosse impossível, por definição, que o membro de um grupo sem poder institucional pratique esta forma de discriminação. O termo foi criado na Universidade de Cincinnati para descrever um estudante afro-americano que gritava ‘Fora, árabes!’ durante uma manifestação de apoio à Guerra do Golfo” (Beard & Cerf, 1994, pp. 19-20).

Outros termos ainda vão ser colocados como “afrocentrismo”, “visão de mundo

2 In <http://batepapo.uol.com.br:9811/body>, 30 de dezembro de 2000 (17h22 e 17h24).

afro-americana”, “multiculturalismo” (que implica um amplo e pluralista movimento social que, através da celebração da diferença, preconiza uma visão de mundo mais tolerante e abrangente).

Apesar de haver maior atenção para o grupo minorizado negro (ou afrodescendente), o fenômeno da seriedade no tratamento dos termos se mantém na mesma linha ao tratar outros grupos minorizados, como judeu (“pessoa judaica”), índio (“pessoa indígena”), oriental (“asiático-americano”), tribo (“nação, povo”), velhice (“maturidade”), *gay* (*queer*³) e outros.

No entanto, uma coisa interessante é que o próprio *Dicionário do Politicamente Correto* faz restrições ao termo “politicamente correto”: “a expressão ‘politicamente correto’, apropriada pela elite branca no poder como instrumento para atacar o multiculturalismo, deixou de ser politicamente correta” (Beard & Cerf, 1994, p. 84).

Inclusive, em outro momento, os autores vão escrever o seguinte:

“[...] os reacionários adotaram o termo [refere-se ao politicamente correto] numa tentativa pouco sutil de silenciar os ‘multiculti’ (os proponentes do multiculturalismo), não é mais politicamente correto dizer ‘politicamente correto’. Os pesquisadores da American Hyphen Society [refere-se à ONG norte-americana que cuida dos direitos dos grupos minorizados] deram-se conta disto tarde demais para que pudéssemos retirar estas palavras ofensivas do título deste livro, pelo que nos desculpamos profundamente” (Beard & Cerf, 1994, p. 50).

A proposta que eles apresentam é a substituição do termo “politicamente correto” por “unidades léxicas adjetivais adverbialmente pré-modificadas”, ou seja, a forma lingüística mais utilizada na construção de uma linguagem culturalmente apropriada.

A sensação que o *Dicionário do Politicamente Correto* dá é que ele pode ser um primeiríssimo esboço, rascunho, da discussão do termo “politicamente correto”. Isso porque ele demonstra ser maniqueísta ao extremo, supervalorizando grupos e

menosprezando outros, chegando quase sempre ao limite do caricatural. No entanto, a literatura no Brasil sobre o tema ainda é bastante escassa.

O politicamente correto nos remete a uma questão básica: se é ele que interfere no cotidiano ou é o cotidiano que interfere nele. É mais ou menos como levantar a questão de quem nasceu primeiro, o ovo ou a galinha (ou, adequando à linguagem, conforme o *Dicionário do Politicamente Correto*, quem nasceu primeiro, o *produto roubado de animal não-humano* ou o *ser não-humano* avícola).

Na sociedade brasileira, o uso dos termos corretos destinados ao segmento negro não é fácil e nem está de todo assimilado pelo cotidiano. Termos como “afrodescendente” e “afro-brasileiro” têm circulação restrita a uns poucos grupos mais esclarecidos da questão étnica. O termo “negro” ainda é utilizado com restrição, pois pode ser “ofensivo”. E os termos “preto”, “negão” e “crioulo”, dentre outros, marcadamente estereotipados e estigmatizantes, são usados em situações em que se pretende provocar a discriminação, quase sempre acompanhados de sentimentos de raiva ou repulsa.

No entanto, esses mesmos termos, conforme o grau de intimidade com o interlocutor e mesmo a melodia vocal proferida, podem ter um outro caráter. Pode ser uma forma carinhosa e afetuosa de tratamento. Ou seja, os termos têm de estar contextualizados em forma e conteúdo para a sua compreensão social.

O psicólogo Ricardo Franklin Ferreira (2000) inicia sua tese de doutorado a partir de uma observação inquietante feita por ele, em que um atendente de guichê de secretaria de uma faculdade, ao chamar uma das duas mulheres negras, que distraidamente remexia alguns papéis na bolsa dela, para entregar o documento que esperava, não sabe como etnicamente nomeá-la. Então prefere o termo “morena”. “— Moço, por favor, o senhor poderia entregar este comprovante para aquela moça..., aquela moça... [demonstrando hesitação] morena [dando ênfase] que está ali?” (Ferreira, 2000, p. 16).

3 O *Dicionário do Politicamente Correto* propõe que o termo *queer* deva ser utilizado seguindo orientação de grupos *gays*. Segundo ele, o tradicional termo *gay* para designar homossexual teria sofrido críticas por parte de homossexuais femininas: *gay* estaria associado a brancos, classe média e assimilacionistas. Para driblar o termo *gay*, o grupo *Queer Nation* propõe o uso da palavra *queer*. No entanto, *queer*, conforme consulta no *Britannica Online*, quando substantivo significa “pessoa estranha, homossexual, esquisito”; quando adjetivo, “esquisito, homossexual, misterioso, raro, extraordinário, adoentado” e como verbo, “atrapalhar, estragar, colocar alguém em má situação, levar contra a parede, arriscar”. É interessante observar que há, nesse caso, uma legitimação e resgate de um termo negativo para designar um grupo minorizado, justamente o oposto do que os outros grupos tentam fazer.

Franklin Ferreira levanta uma série de questionamentos a partir do fato presenciado:

“A expressão usada pelo rapaz revelava um preconceito seu, que procurava disfarçar pelo uso do eufemismo, ou um comportamento respeitoso para que a moça não se sentisse negativamente discriminada? [...] Se a pessoa for chamada de ‘negra’ [...] sentir-se-á valorizada ou ofendida? É consenso entre os afro-descendentes o uso da denominação ‘negro’, ou é um termo usado somente na academia e em alguns movimentos negros? No caso de pessoas com tez mais clara, o uso do adjetivo ‘negro’ é adequado? Há consenso entre a percepção de um observador em relação ao afro-descendente e a percepção que este tem de si mesmo quanto às suas características etno-raciais? É possível que uma pessoa se considere branca e seja vista por outra como negra?” (Ferreira, 2000, p. 18).

Para ele, as formas de negação são os inomináveis, que interferem geralmente de maneira inconsciente nas relações pessoais e são potentes disfarces de uma atitude fundamental – a rejeição (Ferreira, 2000, p. 18).

Apesar de todas as reações contrárias que o politicamente correto vem suscitando em diferentes grupos sociais, é possível observar que na sociedade atual existe cada vez mais preocupação na adequação da linguagem às necessidades e comportamentos cotidianos.

Em um *site* da Internet, especializado em motociclismo e voltado para divulgação e venda de motocicletas, destaca-se, em uma das páginas relativas às dicas de pilotagem, que existe uma diferença entre os termos “motoqueiro” e “motociclista”. No *site* são apontados os seguintes conceitos:

“Anote esta diferença em seu dicionário: a expressão motoqueiro é inadequada. Utilize sempre a expressão motociclista. A expressão motoqueiro denota ser aquele que utiliza a motocicleta de forma irresponsável, sem a preocupação com segurança ou com as leis

do trânsito. O motociclista está sintonizado e consciente de sua responsabilidade no trânsito, busca emoção com segurança” (Augemotos, 2000).

O mais interessante é observar que um *site* comercial (voltado para assuntos de interesse de motociclistas) tem esse tipo de preocupação. No *Dicionário Aurélio* os termos “motoqueiro” e “motociclista” são sinônimos, sem nenhuma diferenciação semântica⁴. Porém, o *site* dá um sentido conceitual à palavra, ou seja, utiliza-se do politicamente correto para fazer compreender que todo piloto de motocicleta deva ser motociclista e não motoqueiro.

Atualmente, um terceiro termo para designar quem se utiliza de veículos motorizados de duas rodas vem temperar a sopa semântica: “motoboy”. É interessante observar que o estereótipo desse tipo de prestador de serviço, que faz entregas diversas, vem acompanhado de um outro termo pejorativo, “cachorro louco”, justamente pela sua característica intempestiva de pilotar (característica esta imputada pela sociedade como um todo e assimilada pelos motoboys). Já houve até quem nomeasse os motoboys de “os cavaleiros do apocalipse”. Esse estereótipo, marcadamente negativo, acabou se estendendo a todos os usuários de motocicleta.

Em algumas narrativas de telejornais, em que aparece alguém de motocicleta, logo ele é chamado de motoqueiro ou genericamente de motoboy. O termo “motociclista” é pouco utilizado tanto pela mídia eletrônica como pela mídia impressa.

Porém, nem todo usuário de motocicleta é motoboy. Seria como chamar todo motorista de veículo particular de motorista de táxi ou, pejorativamente, de “racheiro” (aquele que promove competições ilegais de alta velocidade nas ruas entre os carros, e são motoristas displicentes no trânsito).

Esse tipo de estereótipo (assim como todo estereótipo) busca a simplificação, a adjetivação e o agrupamento de categorias. Dessa forma, torna-se mais fácil atribuir que todo motoboy é “cachorro louco” e, portanto, motoqueiro. E, nessa linha de

4 Assim são colocados os termos no *Dicionário Aurélio*: “1. Motociclista. S. 2g. Pessoa que anda em motocicleta ou motociclo. [Sin., pop.: motoqueiro]; 2. Motoqueiro. [De motoca + eiro]. S.m. Bras. Pop. Motociclista. [cf. mutuqueiro]” (Ferreira, 1986, p. 1.164).



pensamento, todo motoqueiro seria potencialmente um delinqüente, um “cavaleiro do apocalipse” e, portanto, o seu único destino só pode ser o de provocador de acidentes. Essa série de associações envolve um nível de complexidade tão grande que o termo acaba permeado por toda a sociedade e envolvido até mesmo no cotidiano dos usuários de motocicletas. Atualmente, em São Paulo, a maioria das seguradoras recusa-se a fazer seguros de motos e quando o faz é a preços bastante elevados. A alegação é a de que motos se envolvem mais em sinistros (acidentes e situações de roubos ou assaltos).

Outra manifestação da preocupação da adequação do termo ao sentido e ao significado ficou marcante quando um grupo de 21 anatomistas, membros do Comitê Federativo de Terminologia Anatômica, achou por bem modificar o nome de várias partes do corpo humano, ou seja, elaborar uma nova terminologia anatômica. Segundo esses especialistas, a intenção foi buscar uma padronização internacional.

No entanto, a preocupação com a terminologia mais apropriada vem desde 1895, quando foi aprovada a primeira nomenclatura oficial. A lista original já foi revisada, ampliada e modificada quatro vezes. O corpo humano precisa de cerca de seis mil nomes para que todas as suas partes microscópicas sejam descritas.

Com a atual mudança, o sistema digestivo e os órgãos olfativo e gustativo passariam a se chamar “sistema digestório” e “órgãos olfatório e gustatório”. Isso porque a terminação “ório” seria o local onde se dá determinado fato, sendo mais apropriado. Outras mudanças envolveriam a remoção dos epônimos, termos que levam o nome do cientista que primeiro descreveu o órgão, por representarem incorreções históricas. Assim, antes de Eustáquio descrever a tuba auditiva, no século XVI, os gregos já a conheciam quatrocentos anos antes de Cristo. O ligamento inguinal, que fica na virilha, é chamado de ligamento de Falópio pelos italianos, conterrâneos de Falópio, e de ligamento de Poupart pelos franceses.



A mudança dos termos, colocada pelos anatomistas, é vista de maneira ambígua pela imprensa, aqui, no caso, a revista *Veja*. A redatora relativiza a necessidade das mudanças, apesar de todas as evidências de que elas são necessárias:

“O problema dos anatomistas é que ninguém muda nada por decreto. O nome pomo-de-adão, por exemplo, traz uma referência bíblica, sugerindo que a maçã do pecado original ficou engasgada no primeiro homem. Tendão de Aquiles remete a um mito do tempo de Homero, quando nem existiam registros escritos. Além disso, são nomes que para os leigos fazem muito mais sentido do que a proeminência laríngea ou tendão calcâneo. Mas os anatomistas não estão interessados na tradição ou na simplicidade. A questão para eles é a precisão científica e a universalização. A favor desta última, eles têm o desejo das publicações médicas internacionais de que haja uma padronização e a promessa de que elas passarão a só publicar trabalhos que utilizem o novo padrão. A pressão surtirá efeito nos meios acadêmicos. Mesmo assim, ainda devem passar muitos anos até que os jogadores de futebol chamem a rótula de seus joelhos de patela” (Varella, 1996, pp. 74-5).

Repare que a jornalista-redatora imprime no texto o seu juízo de valor sobre a mudança dos termos em anatomia humana, que para ela não quer dizer grande coisa e tampouco vai interferir em sua vida.

Esses exemplos somente demonstram que alguns segmentos reconhecem a necessidade de melhor aplicação dos termos em diferentes situações, porém, no cotidiano, essas mudanças são questionadas, relativizadas e julgadas como desnecessárias. Mesmo a imprensa adota tal postura.

Ao se buscar termos para designar adequadamente objetos, pessoas ou situações, exige-se do indivíduo e do coletivo conhecimento e consciência. Esse mecanismo de reflexão pode levar a mudanças de postura. Ao se chamar, por exemplo, um indivíduo de motociclista pode-se gerar uma nova consciência na forma de olhar quem anda

de motocicleta e, ao mesmo tempo, exigir desse indivíduo também uma adequação de sua postura ao seu nominativo. O mesmo ocorre quando se deixa de chamar um indivíduo de “veado”, “bicha” ou “sapatão” por homossexual, *gay* ou lésbica; “aleijado”, por deficiente físico; “gordo”, por obeso; “velho”, por idoso; “aidético”, por portador de HIV ou, se estiver desenvolvendo a doença, por doente de Aids. São mudanças de nomenclaturas que podem trazer em si, também, uma outra carga semântica e de posicionamento social.

O mais importante aqui é observar que esse tipo de dinâmica na utilização dos termos e os confrontos e conflitos que eles provocam no meio social não é algo exclusivo de termos referentes aos afro-descendentes.

APONTAMENTOS FINAIS

Os conflitos étnicos e de comportamento cultural que têm eclodido na contemporaneidade se constituem em grande desafio de abordagem jornalística. No caso específico do Brasil, os veículos jornalísticos de comunicação têm trazido à tona as desigualdades de oportunidades a partir da etnia. No entanto, marcados por contradições, esses veículos deixam transparecer, em notícias publicadas, estereótipos e um discurso conservador ao mesmo tempo em que são importantes canais de denúncia de discriminação, chamando a atenção das autoridades e da população para diversos problemas.

É interessante observar que, além dos conflitos étnicos estampados nos jornais e os casos de racismo denunciados pela imprensa no dia-a-dia, o maior conflito no bojo da informação tem sido a resistência ao politicamente correto ou, muitas vezes, a inadequação de termos, imagens, projetos gráficos e editoriais. É importante observar que em muitos casos imagens, diagramação ou outros elementos visuais criam conflito com a informação ou vice-versa.

Assim como a jornalista de *Veja* afirma, em sua reportagem, que a necessidade de mudança de termos em anatomia é algo sem importância e que mesmo os termos sendo mudados “ninguém muda nada por dentro”, endossa a visão equivocada de que a utilização de termos específicos e com maior cuidado para grupos minorizados não modifica a situação social desses grupos.

Esse tipo de pensamento é presente nas redações jornalísticas e mesmo nos programas de entrevistas-*show* veiculados pela televisão.

A partir dessa visão, é emergente a necessidade de inserir nos currículos dos cursos de Comunicação as disciplinas que especializem os alunos em temas que tratem dos grupos minoritários, principalmente os conflitos étnicos e raciais, que vêm definindo e redefinindo o mapa geográfico de países e cidades. Assim como existem jornalistas especializados em ciências, política e outras áreas, é necessário formar profissionais especializados em relações raciais e grupos minorizados.

BIBLIOGRAFIA

- AUGEMOTOS. <http://www.augemotos.com.br/dica.htm> (27 de dezembro de 2000).
- BEARD, Henry & CERF, Christopher. *Dicionário do Politicamente Correto*. Porto Alegre, L&PM, 1994.
- CASHMORE, Ellis. *Dicionário das Relações Étnicas e Raciais*. São Paulo, Summus, 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª ed. 32ª impressão. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- FERREIRA, Ricardo Alexino. “As Lutas Étnico-separatistas e a Imprensa: o País Basco em Notícia”, in *Ética & Comunicação-Fiam Revista de Estudos sobre Comunicação, Jornalismo e Propaganda 2*. São Paulo, Fiam, ago.-dez./2000a, pp. 19-23.
- _____. “Desigualdade Racial sem Máscaras”, in *Valor, Eu & Fim de Semana*. Ano I, nº 25. São Paulo, Valor Econômico, 20 de outubro de 2000b, Suplemento do Jornal Valor Econômico, pp. 8-9.
- _____. *A Representação dos Negros em Jornais no Centenário da Abolição da Escravatura no Brasil*. Dissertação de mestrado. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2001a.
- _____. *Olhares Negros: Estudo da Percepção Crítica de Afro-descendentes sobre a Imprensa e Outros Meios de Comunicação*. Tese de doutorado. São Paulo, Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2001b.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. *Afro-descendente: Identidade em Construção*. São Paulo/Rio de Janeiro, Educ/Fapesp, Pallas, 2000.
- GARCIA, Luiz. *Manual de Redação e Estilo de O Globo*. 17ª edição. Rio de Janeiro, Globo, 1993.
- INSPIR, Instituto Sindical Interamericano pela Igualdade Racial. *Mapa da População Negra no Mercado de Trabalho*. São Paulo, Inspir/AFL-CIO/Dieese, outubro de 1999, p. 117.
- MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de Redação e Estilo*. São Paulo, O Estado de S. Paulo/Moderna, 1999.
- SCLIAR, Moacyr. “Introdução”, in Henry Beard & Christopher Cerf. *Dicionário do Politicamente Correto*. São Paulo, L&PM, 1994.
- SMITH, Anthony D. *A Identidade Nacional*. Trad. Cláudia Brito. Lisboa, Gradiva, 1991.
- SOARES, Luiz Eduardo. *O Politicamente Correto, as Culturas Políticas e o Processo Civilizador*. São Paulo, Instituto de Estudos Avançados (IEA-USP), 5 de dezembro de 1997 (mimeo.).
- VARELLA, Flávia. “O Corpo Rebatizado”, in *Veja*, edição 1.439, 10 de abril de 1996, pp. 74-5.